

Ponto de Vista

AS RELAÇÕES DO CORPO COM O COTIDIANO DO TRABALHO E DO LAZER. PARA UMA NOVA CONCEPÇÃO

*José Norberto dos Santos **

Quando peguei o tema achei muito complicado, mas quando a tensão inicial esfriou comecei a relacionar que existe uma profunda ligação entre o trabalho e lazer.

O lazer, no caso, é uma coisa divertida, pois você aproveita os seus momentos para descanso para os habituais JOGOS. Só que os jogos na Vida Real se transformam em Competições onde emana a vontade de superar mitos, vencer obstáculos, enfim, a vontade de todo ser humano de tentar ser o MELHOR.

O corpo, como uma máquina necessita de movimentos, pois se uma máquina (motor) fica muito tempo parada, tende a emperrar suas engrenagens, o corpo, também, quando não exercitado, tende a atrofiar suas funções. O trabalho é muito importante para o ser Humano, pois, além do fator de sobrevivência — pois é através do trabalho que nós somos remunerados, recebemos um salário —, é a maneira de o Homem ou a Mulher se sentir útil para sociedade. O trabalho no lado físico funciona como um esporte, pois você agiliza suas funções mentais procurando aperfeiçoar aquilo que faz, o que é muito gratificante, e, através do trabalho, braçal, você ganha mobilidade, agilidade de movimentos.

O trabalho na PETROMISA, que envolve serviço no subsolo, tem uma modalidade bastante diferente dos trabalhos tradicionais, pois envolve alguns riscos além da falta de renovação do ar, em alguns lugares até ar com baixa oxigenação, altas temperaturas, total falta de iluminação, fazendo que essa somatória de problemas venha a resultar numa situação de altos riscos, pois fica fácil de sofrer um acidente (alguma lesão). Nesta situação, o cansaço, a fadiga diminui a



produtividade, e o serviço é realizado a 500 metros de profundidade, o que torna moroso até um caso de socorro a um acidentado.

Mas também no trabalho acontece uma situação interessante, pois o Homem tende a se habituar mesmo com as condições perigosas e desagradáveis e tentar extrapolar os seus limites, as suas deficiências.

* Instrumentista da Petrobrás Mineração S. A.

1 Antonio Albertino V. de Oliveira

O homem é obrigado a conservar a sua existência. Este dever acarreta a obrigação de preservar a própria vida, observando as leis da moderação.

Deve o homem, portanto, assegurar a conservação ou a restauração de sua saúde corporal, da alimentação, higiene, exercícios, repouso, e cuidado nas doenças, como bem expressa o filósofo Juvenal: "mens sana, in corpore sano (mente sã em um corpo são).

Para tanto, é indispensável a prática de esportes durante a juventude, não só como lazer, bem como para um desenvolvimento físico harmonioso, que venha proporcionar ao corpo, força, agilidade e resistência.

O esporte também é valoroso para a formação da vontade, dado o esforço exigido, contribuindo, assim, para um melhor desempenho profissional qualitativo.

Nos tempos modernos em que vivemos, existe, portanto, uma total interação entre o trabalho e o lazer, não podendo um existir dissociado do outro.

2 Joelina Souza Menezes

A pergunta em questão pressupõe uma dicotomia a qual não podemos considerar como um fenômeno universal. Isto porque a separação entre trabalho e lazer é uma característica de uma formação social específica: as sociedades modernas capitalistas.

Sendo assim, ao analisarmos a forma como lazer e o trabalho se precessam nas sociedades rurais tradicionais do Brasil, ver-se-á que estes dois elementos se integram. Este é o caso, por exemplo, do adjuntário ou mutirão, e ainda da execução de tarefas realizadas conjuntamente com canções de trabalho. Não há, portanto, neste contexto, espaço para separação entre trabalho e lazer.

Neste sentido, Bourdieu chama a atenção para a passagem do jogo para a prática do esporte.

Ou seja, o **jogo**, que se constituía numa atividade correlata a outras atividades do cotidiano das classes populares, ao ser apropriado pela burguesia torna-se **esporte**, atividade desinteressada e gratuita: e, por isso mesmo, autônoma.

Esta automatização do lazer dá-se no interior de uma sociedade dividida entre trabalho (para as classes subalternas) e lazer (para as classes dominantes). E se lazer é pensado para as primeiras, é sempre na perspectiva de torná-las mais aptas para o trabalho.

Nesta ótica, a crescente preocupação do corpo, que trabalha, como lembra Lenharo, está associada à idéia daqueles que desejam a própria "corporização da ordem social". Neste sentido, quando as práticas esportivas (lazer) chegam às classes subalternas, têm o objetivo de não somente recuperar as energias gastas pelo trabalhador no processo de trabalho, mas de afastá-las da possibilidade de politizar a sua própria realidade.

É comum, nas sociedades capitalistas modernas, o crescente interesse, por parte de uma fração da classe dominante, de implantar, nas suas empresas, este tipo de prática, como forma de adesamento dos seus trabalhadores.

Todavia, não se pode negar a existência de práticas populares de lazer ainda não totalmente apropriadas pelas classes dominantes.

Enquanto isto, o corpo burguês espelha-se, naciros, nas academias. Justifica-se, portanto, a proliferação destas onde o burguês trabalha o seu corpo para o uso dos prazeres.

3 Maria da Conceição S. S. Dantas

As relações do corpo com o cotidiano do trabalho e do lazer — Para uma nova concepção.

Pensar o corpo implica em refletir sobre sua totalidade. Ao pensá-lo como totalidade parece ter-se uma maior compreensão da dimensão que é o próprio homem. Limitar esta compreensão é ater-se apenas a fragmentos. Pensá-lo numa relação objetiva/subjetiva (corpo e mente). A esta última se atribui a denominação de "consciência" determinada pela estrutura social, ou, como diz Marx, pela infra-estrutura, não ficando também

1 Operador de Produção da PETROBRÁS

2 Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe.

3 Profa. do Departamento de Ciências Sociais — UFS, é socióloga e concluiu pós-graduação na área do Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco.

o corpo distanciado dessa relação. Sendo assim, percebe-se que há uma relação dialética.

Medina (Medina, J. P. 1987) estudioso que procurou desmistificar concepções tradicionais sobre o corpo, procurou mostrar que tanto a forma como este tem sido representado como a maneira como é percebido na sociedade capitalista, estão acompanhadas de matizes do sistema dominante.

Parece claro que, para o capital, o corpo nada mais é do que mercadoria. Sendo assim, terá que ser produzido (auxiliado pela mídia e pelo marketing) para ser eficientemente consumido, seja no trabalho ou em atividade "ditas" de "lazer".

Pensar o corpo como valor de troca (mercadoria) é relegar a dimensão humanista. Esta parece só ser possível quando romperem as barreiras da alienação e forem superadas as deformações de valores que na sociedade atual envolvem o homem em seu cotidiano.

O processo de formação de uma nova concepção do corpo é concomitante à organização de uma nova dimensão social.

4 Olga Maria Gutierrez

O Corpo nos leva ao trabalho e ao lazer. Mas, não é só isso, ou melhor, não é nada disso, porque o corpo não leva, o corpo é. Nós somos corpo.

Porém, dentro de nós existe um medo, uma vergonha, uma falsa concepção de pudor, de pecado, que nos priva do corpo, não nos permite experimentar o toque, o gesto.

Não é culpa nossa. Isto já vem há séculos, passando de geração em geração. Acabamos assumindo uma postura, ou uma "apostura" corporal frente à vida, inconscientemente, por pura hereditariedade cultural.

Não é possível que toda esta engrenagem, tão complexa e bem acabada sirva somente para transportar o cérebro. Não é possível que todas as nossas possibilidades de expressão e de relação com o externo estejam vinculadas somente à cabeça.

É necessário desprendimento. Precisamos sentir a voz do corpo. Ele se expressa muitas vezes com mais clareza que as próprias palavras.

As relações do corpo com o cotidiano do

trabalho e do lazer são todas aquelas que o ser vivo mantém com a vida, porque, por mais que tentemos nos dividir em 2 ou 3 partes isoladas, nós somos um todo, que interage permanentemente com o meio em que vive.

5 Francisco Santos

O corpo é essencial para a vida. Ele é parte da vida. E, como parte da vida, ele é fundamental para o trabalho. Trabalho e corpo são o todo da vida: um é matéria e outro energia. No caso específico do trabalhador bancário é muito importante que tenhamos o corpo sempre em forma, porque a atividade bancária tende a deformar o nosso corpo, em virtude de sempre estarmos sentados, com exceção de caixas executivos, atendentes e informantes de cadastro.

É necessário, portanto, uma atividade física que mantenha o nosso corpo sempre vivo e em estado de permanente mobilização, para compensar o tempo de relaxamento muscular em que o corpo se mantém durante o horário de trabalho.

A alimentação também é de vital importância na relação corpo/trabalho, e aí entra um indicador: o salário que vai qualificar o tipo de alimento absorvido pelo corpo, **que é o salário**. Num país em que o salário "mínimo" não atende sequer a um quarto das necessidades mínimas exigidas para a sobrevivência de um trabalhador, já é possível encontrar deficiência de toda ordem, tanto no corpo quanto no trabalho. E esse corpo mal alimentado irá, com certeza, produzir um trabalho de último nível, além de não ter forças suficientes para as atividades do lazer. Os bancários não fogem a essa regra. Os nossos salários estão sempre aquém das necessidades básicas exigidas pelo corpo para o cumprimento da jornada de trabalho diária. O trabalho bancário, apesar de não exigir um grande esforço físico, extraído do trabalhador um grande esforço mental em função das somas e diferenças intermináveis. Assim, é muito comum encontrar entre os bancários cidadãos obesos, e casos de loucura que levam ao tratamento e internamento psiquiátrico. Um agravante, ainda, em relação aos bancários, é que passam em suas mãos, diariamente, valores altos, em moeda ou em papéis, que não são seus e contrastam a todo minuto com sua situação financeira.

⁴ Profa. da Rede Municipal de Ensino de Aracaju-SE.

⁵ Bancário do Banese e dirigente sindical. Graduado em história e poeta. Membro da Central Única dos Trabalhadores/CUT — SE.

O lazer contribui para a revitalização do corpo. Recobra as energias e faz vibrar toda a sua potencialidade muscular e psíquica, já que a mente é parte do corpo. Porém, é necessário que o corpo esteja "sadio" para absorver essa energia proporcionada pelo lazer.

O bancário busca sempre o lazer para captar essa energia nova e como forma de fugir do cotidiano do trabalho, cuja rotina traz muitos inconvenientes à sua vida particular e aos seus compromissos coletivos.

6 Selmo J. Queiroz Norte

O corpo, indubitavelmente, constitui espaço privilegiado para que, vez por outra, nós cientistas sociais esboçemos considerações que remetem, em última análise, à dialética natureza-cultura.

No interior da Antropologia, mais especificamente, dois pensadores franceses, Marcel Mauss e Pierre Clastres — ainda que trilhando caminhos distintos — já nos evidenciaram que o corpo informa menos sobre os indivíduos do que sobre a sociedade. Trazendo inscritas prescrições sociais culturalmente definidas, terminam os corpos por revelar, aos olhos atentos, elementos estruturadores da vida em sociedade. Assim, sociedades diversas correspondem, obviamente, a corpos e maneiras igualmente diversos.

Pensando a tráfada trabalho-corpo-lazer, no âmbito de nossa sociedade ocidental moderna, essencialmente regida pela lógica da produção e do mercado, encontramos o corpo servindo quase que exclusivamente como instrumento de trabalho. Na perspectiva anunciada pela questão, as classes trabalhadoras, por exemplo, teriam o corpo como ferramenta, cumprindo uma função social rigidamente demarcada e fiscalizada. Neste contexto, o lazer — e, conseqüentemente, o prazer — surge como retribuição às tarefas sociais executadas e significa, mais do que opção ou possibilidade individual, uma permissão do corpo social para que o indivíduo responda aos chamados do ócio.

Devemos lembrar, porém, a existência de sociedades, muitas vezes chamadas de "primitivas", onde a polarização trabalho-lazer se apresenta de forma diferenciada, não tão dicotômica, onde o corpo, ainda que também servindo de espaço para os textos sociais, apresenta-se de forma mais ambivalente como veículo do trabalho e do lazer.

Numa ótica da subsistência, onde a preocupação com a acumulação e o mercado praticamente inexistem, o lazer perde o sentido de retribuição e se confunde com o próprio trabalho. O corpo percorre as dimensões do social — incluindo aí não só o cotidiano do trabalho e do lazer, mas, sobretudo, o cotidiano da trama social como um todo — de maneira mais fluida e completa, revelando-se como artifício para o aprazimento pessoal.

7 Rômulo Rodrigues

A princípio, eu imagino, que estas relações deveriam ser as que proporcionassem maior satisfação do ponto de vista das necessidades do corpo para o seu desenvolvimento e aprimoramento mais saudável, não só para a satisfação pessoal, como também para sua interação com o coletivo social.

Entretanto, no sistema capitalista, esta relação é não só violentada como imposta, uma vez que o Ser "humano" está submetido a relações de trabalho que são completamente conflitantes com suas aspirações e as necessidades do seu corpo como um todo (corpo e mente), o que o leva a castigá-lo em função da necessidade de sobrevivência para sua produção e reprodução.

Mesmo os que buscam o rompimento com esta estrutura não o conseguem em função da relação e sim da compreensão política da sociedade e da sua luta para transformá-la.

Em suma, em função das contradições da sociedade em que vivemos, acredito que estas relações são muito mais de uso indiscriminado do corpo, até certo ponto com violência no trabalho e com uma dosagem exagerada de sacrifício no lazer.

⁶ Professor do Departamento de Ciências Sociais

⁷ Presidente da CUT — Sergipe

EDUCAÇÃO FÍSICA, ESTADO NOVO E A MILITARIZAÇÃO DO CORPO

Leonardo Graffius Damasceno *

Rosane Maria Biazussi **

É também na obrigatoriedade da chamada "instrução militar" nas escolas secundárias brasileiras, a partir de 1908, em nome da Segurança Nacional, que encontramos a insistente presença dos diversos segmentos militares no sistema de ensino, notadamente na Educação Física.

As idéias preconizadas por Azevedo Amaral, de um trabalho permanente de sincronização do sistema educacional com as finalidades das forças armadas, que são, em última instância as finalidades da nação, têm na instrução militar e no uso abusivo da educação física como um de seus mais importantes instrumentos, os maiores indícios de "militarização do corpo" sustentado pela ideologia do cidadão-soldado.

Mesmo extinta em 1946, por decreto do presidente Dutra, a instrução militar em muito influenciou a educação física, tanto no que se refere à sua concepção e aos seus métodos, quanto à sua prática. Assim é que, os conteúdos pedagógicos referentes aos programas de educação física, denotam ainda a presença marcante da ideologia militarista.

Por outro lado, qualquer fenômeno social, cultural ou político é histórico e só pode ser compreendido dentro da história, através da história e em relação ao processo histórico. Logo, parece oportuno registrar o momento histórico no qual a educação física serviu como um dos suportes ideológicos à implantação de um modelo político nacional. Precisamente, a chamada "Tendência Militarista" da educação oligárquica e a Revolução de 1930, cujo apogeu se dá com o início do Estado Novo (1937) e seu declínio após a II Grande Guerra, quando da redemocratização do país — fim da Ditadura Vargasista (1945).

A crise do desenvolvimento acentuada nos últimos anos da década de 1920 por um modelo econômico nacional do tipo agrário-exportador, gerou um conjunto de revoluções e movimentos armados culminando na chamada Revolução de 1930.

Estes mesmos movimentos, prenúncio da versão nacional de um estado mais forte — o Estado Novo — se empenharam em promover vários rompimentos políticos e econômicos com a velha ordem

social oligárquica que, atada aos interesses estrangeiros imbuíra-se de ideologias importadas que apenas resguardavam seus privilégios. Isto significava que as elites que dominavam a Velha República somavam à alienação econômica, a alienação cultural.

A crise delineou-se, portanto, como uma necessidade de reajustar o aparelho do estado às novas necessidades da política e da economia frente às exigências de uma nova sociedade industrial, advinda da implantação do capitalismo no Brasil.

Quer dizer que, para inovar os padrões de conduta e sanear a desordem prevalecente no Estado Liberal — que se esgotara em 1930, modificando aquele contexto, o Estado Novo assumiu o papel de direção e de organização da sociedade auto-elegendo-se o instrumento mais eficiente não só para reformular as bases da economia e da política, mas também para um indispensável refazer das mentalidades.

— Tudo se passa a partir do fato de, já europeizado, o Estado Liberal desprezar o valor de nossas tradições e de nossa raça brasileira, reforçando continuamente os estereótipos sobre a natural preguiça e incapacidade e o atraso do povo, a fim de melhor destacar a superioridade das elites.

— Também, por defender abusivamente o direito de utilização dos meios de produção por seus proprietários, egoísta, individualista e elitista, faltava então ao Estado Liberal aptidão para promover a organicidade nacional; a integração de todo o povo numa tarefa de construção nacional, pedra angular para o sucesso de qualquer projeto de desenvolvimento.

— Assim, o Estado Novo seria um estado mais forte reordenando os planos econômicos, social, político e cultural.

A intensificação do capitalismo industrial, que a Revolução de 1930 acabou por representar, determinou, conseqüentemente, o aparecimento de novas exigências educacionais, criando condições para que se modificassem o horizonte cultural e o nível de aspirações de parte da população brasileira.

* Graduado em Educação Física — UGF
Mestre em Educação — UERJ

Doutorando em Educação — UFRJ
** Graduada em Educação Física — UDESC
Pós-Graduada em Nataçãõ — UGF

Um novo estado não podia prescindir de um novo homem! O novo homem só seria portador de uma nova ética quando se tornasse portador de direitos de cidadania que até então lhes haviam sido negados pelo Estado Liberal. Neste sentido, toda uma estratégia político-ideológica foi montada como um primeiro passo para indicar o combate à indigência e ao desgarramento social. O Estado Novo vinha para colocar o desenvolvimento nacional a serviço do homem.

Dessa forma, uma reordenação no mercado de trabalho se impunha. Para isto, o Jeca-Tatu modelado na literatura da década de 1920 por Monteiro Lobato, protótipo do desprezível e irrecuperável homem brasileiro, maltrapilho, desnutrido, incapaz, deveria ser transmutado no trabalhador urbano, no cidadão construtor e beneficiário do desenvolvimento nacional.

A criação do Ministério da Educação e Saúde, quase simultaneamente à do MTIC (Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio) em novembro de 1930, indicava que o Estado percebera a projeção dos direitos do novo brasileiro em outro sentido. Seu esforço transformador se prolongaria também na implementação, em escala nacional, de uma política de educação e saúde públicas.

A mente e o corpo seriam doravante cuidados por uma rede de escolas e postos de saúde, de alimentação básica (os SAPS) e de centros de civismo e de desportos.

Desta forma, de um lado estava vigilante o MT (Ministério do Trabalho), preocupado com a manutenção e a reprodução material de mão-de-obra do presente; de outro, o MES (Ministério da Educação e Saúde) cuidava de sua reprodução e acomodação social futuras, sob o ponto de vista da saúde física, mental e ideológica. O Estado, competente, assumia, assim, tanto a responsabilidade pelas relações do trabalhador em sua organicidade social, quanto a do indivíduo em seu desenvolvimento pessoal.

Observa-se assim, que também a Educação Física respondeu às necessidades históricas no país, modificando, ao longo de sua trajetória, seu conceito e o modo de desenvolver sua prática.

Dessa forma, assistimos a uma educação física de tendência Higienista, que perdeu até 1930, que se preocupava em erigir a Educação Física como agente de saneamento público, na busca de uma sociedade livre de doenças infecciosas e dos vícios deteriorados da saúde e do caráter do homem do povo.

Em seguida, há uma Educação Física de concepção Militarista, que sucedeu à Higienista perdurando até 1945 (fim da Ditadura Vargas), objetivando fundamentalmente a obtenção de uma juventude capaz de suportar o combate, a luta e a guerra. Para tal concepção, a educação física deve-

ria ser suficientemente rígida para elevar a Nação à condição de servidora e defensora da Pátria.

Ainda nesta mesma concepção, a educação física funcionava mais como selecionadora de elites condutoras, capaz de distribuir melhor homens e mulheres nas atividades sociais e profissionais.

Diferentemente da Educação Física Higienista, que se acreditava capaz de redimir o povo de seu pecado mortal, que é a ignorância, e que o leva às condições de deterioração da saúde, a educação física militarista, por sua vez, visava à formação do "cidadão-soldado" capaz de obedecer cegamente e de servir de exemplo para o restante da juventude pela bravura e coragem.

A presença dos militares no ensino da educação física já se faz notar nesta duas "tendências", e, ainda mais, quando, em 1921, o Brasil adotou como método oficial de educação física o Regulamento nº 7. Esse foi, obviamente, um marco no sentido de romper com a concepção Higienista e dar impulso à educação física militarista, tomando mais evidente a presença deste segmento, o militar.

É necessário ressaltar que a periodicidade exposta deve ser entendida com cautela. Isso porque, de fato, tendências que se explicitam numa época estão latentes em épocas anteriores e, também, tendências que aparentemente desaparecem foram, em verdade, incorporadas por outras.

Isso dito, a partir da introdução do Regulamento nº 7 ou Método do Exército Francês, sucessivos acontecimentos contribuíram para reforçar a ideologia nazi-facista absorvida com entusiasmo pelo Governo Vargas, caracterizando os fortes indícios de "militarização do corpo".

Em 1931, quando do início da vigência de legalização que colocou a Educação Física como disciplina obrigatória nos cursos secundários, o "Método Francês" foi estendido à rede escolar. Seguidamente, em 1933, foi fundada a Escola de Educação Física do Exército, que praticamente funcionou como pólo aglutinador do pensamento sobre a Educação Física durante as duas décadas seguintes.

Confirma-se, assim, a influência militarista na Educação Física Brasileira como um componente forte e duradouro.

Particularmente as minuciosas portarias que regulamentavam a Educação Física e os Desportos a partir de 1934, dão a medida de sua importância para o Estado Novo: todos os aspectos da educação deveriam, assim, confluir a plenitude do desenvolvimento nacional.

Esses e outros fatores que dizem respeito à educação física, contribuíram para reforçar, na prática pedagógica desta última, a ideologia da ditadura varguista, refletindo na máxima de juvenil a questão da eugenia "mente sã em corpo sã".

É óbvio que, derrotado o nazi-fascismo após

1945, a Educação Física Militarista foi obrigada a se reciclar, despojando-se dos argumentos mais comprometidos com o espírito belicoso. Isto não significa, de maneira alguma, que a prática da Educação Física, após a derrota do nazi-fascismo, tenha-se livrado dos parâmetros impostos pela Educação Física Militarista.

De fato, ainda hoje, em qualquer aula de Educação Física deste país, é possível encontrar resquícios dos princípios norteadores da prática ginástica e desportiva fascista. O condicionamento à ordem social, o adestramento físico, o esporte-espetáculo e ufanista, a disciplina imposta no "formar filas", a repetição mecânica de ordens do professor, enfim, "o corpo-instrumento" são alguns exemplos da evidência de uma prática docente ainda voltada à militarização do corpo.

BIBLIOGRAFIA

- CABRAL, Elza Broghi de A. O Homem Novo no Estado Novo. In Fundamentos Pedagógicos — Educação Física. Rio de Janeiro, Livro Técnico, vol. 2, 1987. p. 74-81.
- CARVALHO, José Murilo. Forças Armadas e Política, 1930 — 1945. Rio de Janeiro, CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, 1980.
- FAUSTO, Boris. A Aliança Nacional Libertadora e o Golpe do Novo. In Pequenos Ensaios da História da República. Rio de Janeiro, Cebrap, 1972, p. 65-110.
- FILHO, Lourenço. Educação e Segurança Nacional. In Tendências da Educação Brasileira. São Paulo, Melhoramentos, 1940, p. 95-122.
- GHIRADELLI, Paulo J. Educação Física Progressista — A Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos e a Educação Física Brasileira. São Paulo, Loyola Col. Espaço, vol. 10, 1988.
- HORTA, José Silvério B. Instrução Pré-Militar e Educação Física. In Régime Autoritaire et Education les cas du Brésil (1930-1945). Tese de Doctorat d'Etat es Letters et Sciences Humaines. Université Paris V. René Descartes, Sciences Humaines, Sorbonne, 1985, p. 45-67.
- LENHARD, Alcir. A Militarização do Corpo. In A Sacralização da Política. São Paulo, Papirus, 1986, p. 75-105.
- LOWY, Michel. Ideologias e Ciência Social. Elementos para uma Análise Marxista. São Paulo, Cortez, 1985.
- LOPES, Maria Isabel de S. Acelerado, marchel... prá onde? In Conversando sobre o corpo. São Paulo, Papirus, 1985, p.84-96.

